**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**MÃE CONTRA PAI*: RESISTÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA LITERATURA MACHADIANA.***

**ARTHUR GONÇALVES E JESUS**

GOIÂNIA,

2019

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**MÃE CONTRA PAI*: RESISTÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA LITERATURA MACHADIANA.***

Projeto de Pesquisa apresentado a Profa. Dra. Maria Madalena Queiroz como requisito para aprovação na disciplina Teoria e Metodologia Pesquisa Histórica no Primeiro Semestre de 2019.

**Arthur Gonçalves e Jesus**

GOIÂNIA,

2019

**SUMÁRIO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Introdução** |  **5** |
|  | **Capitulo 1. Literatura e História uma questão a ser levantada** | **12** |
|  | **1.1 Nova História** | **13** |
|  | **1.2 Crítica literária, histórica e social** | **18** |
|  | **Capitulo 2. A escravidão na literatura machadiana** | **24** |
|  | **2.1 A escravatura no Brasil** | **25** |
|  | **2.2 Machado de Assis: narrador da história** | **33** |
|  | **2.3 O porquê de Pai contra Mãe ser Mãe contra Pai** | **38** |
|  | **Considerações Finais** | **46** |
|  | **Referências** | **49** |

**RESUMO**

Esta monografia se propõe a investigar o período da escravatura no Brasil, narrado por Machado de Assis, em especial o seu pequeno conto “Pai Contra Mãe”. Iremos, a princípio, analisar a narrativa de Machado sobre a história Cândido Neves e sua perseguição à escrava fugitiva, para então contextualizar temporalmente a sua escrita fictícia perante o momento da escravidão. Têm-se o intuito de no fim compreender a importância da literatura machadiana para o entendimento dos processos escravistas durante o regime imperial no Brasil. Pretendemos problematizar a literatura machadiana no âmbito historiográfico do conto, questionando e indagando sobre os conceitos históricos referidos ao objeto do documento e se de fato literatura pode se encaixar nesta mesma classificação para a pesquisa histórica. Por ultimo, e não menos importante, este trabalho intentará correlacionar a biografia e a produção de Agostinho Marques Perdigão Malheiro como problematizador histórico da escravidão e sua abolição.

**Palavras-chave:** Machado de Assis; Escravidão; Historia; Literatura.

**ABSTRACT**

This monograph aims to investigate the period of slavery in Brazil, narrated by Machado de Assis, especially his short story “Pai Contra Mãe”. We will, at first, analyze Machado's narrative about the Cândido Neves story and his persecution of the fugitive slave, and then temporally contextualize his fictional writing before the moment of slavery. In the end, the intention is to understand the importance of Machado's literature for the understanding of slavery processes during the imperial regime in Brazil. We intend to problematize Machado's literature in the historiographic scope of the story, questioning and inquiring about the historical concepts referred to the object of the document and whether literature can indeed fit this same classification for historical research. Last but not least, this work will attempt to correlate the biography and production of Agostinho Marques Perdigão Malheiro as a historical problematizer of slavery and its abolition.

1. **INTRODUÇÃO**

Machado de Assis é incontestavelmente um dos maiores escritores da literatura brasileira. Suas diversas obras são conhecidas mundialmente, abordando temáticas a respeito das infindáveis contradições sociais existentes no centro político-econômico brasileiro nos séculos XIX e XX. Propositadamente, o Machado de Assis disserta sobre as questões escravistas e a condição social do negro em suas obras, porém, a forma como ele aborda é consideravelmente implícita, visto que o espaço predominante de sua narrativa é o ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro e os personagens que nela desfilam, em sua maioria, elementos da camada dominante e do estrato social médio. Essa atitude do Machado rendeu muitas denúncias à sua suposta indiferença ao levante abolicionista, contudo, a maneira machadiana de se referir a escravidão e à liberdade dos negros encontra-se fortemente marcada pela ironia, pelo disfarce, pela construção alegórica, na intenção de camuflar a crítica e despertar a consciência do leitor.

É importante ressaltar que não há tendência panfletária, ou mesmo pró-abolição, nos escritos machadianos. Todavia essa ocultação textual não impediu o Machado de estabelecer uma crítica as estruturas coloniais de dominação, e sua preocupação em desmascarar, em suas obras, o falso discurso abolicionista, manifestado através da “filantropia artificial” – uma definição machadiana para identificar as atitudes benevolentes dos senhores para com seus escravos – demonstra o quanto Assis se empenhou em revelar as verdadeiras intenções das elites que se mascaravam com ideologias enganosas e demagógicas.

O exemplo disso pode ser reconhecido em Memórias Póstumas de Brás Cubas (MACHADO DE ASSIS, 1959), um romance cujo narrador se apresenta como um “defunto autor”, alertando aos leitores que irá narrar sua história a partir do “outro mundo”. Sob a perspectiva distanciada e irônica de quem já se posiciona fora da vida, ele decide discorrer não apenas sobre sua própria história, mas sobre todo o contexto sócio-político na qual ele estava inserido ainda em vida. Este modelo de escrita é coerente com a proposta de visão da história metódica da época, visto que Brás Cubas tenta questionar os paradigmas históricos, filosóficos e políticos do século XIX e XX. Ainda assim, em contrapartida, é perceptível a intenção do “defunto autor” em reproduzir na sua “autobiografia póstuma”, o modelo conservador, dominante e escravista, que garantiu todos os privilégios que possuía quando ainda era vivo. De certo, Machado de Assis tenta transparecer aos leitores, através dos anseios de Brás Cubas, uma denúncia ao mecanismo escravocrata e ao *status-quo* da sociedade capitalista.

Já no conto do “Pai contra Mãe”, nosso principal objeto de estudo, escrito e publicado no livro Relíquias da Casa Velha (1906), o Machado examina, sem recorrer ao panfletarismo ou à concessões demagógicas, as cruéis relações que coisificam os negros, tornando-os em mercadoria escrava; um verdadeiro reflexo brutal da ordem escravista vigente, sobre os discursos de racismo e discriminação.

A obra discorre em terceira pessoa, sobre a história do caçador de escravos fugitivos Cândido Neves, que junto de sua noiva grávida Clara enfrenta uma terrível dificuldade financeira; as dívidas, o despejo e a posterior ameaça de perder, para a Roda dos enjeitados, o filho recém-nascido mostram o desespero da família, que vê na captura de uma escrava grávida e fugitiva a resolução de todos os seus problemas. A partir de então, o autor se dispõe a construir uma análise crítica do sistema escravista através da relação entre os personagens, demonstrando como os paradigmas sociais do regime servil impera sobre a sociedade daquele período.

Segundo Luiz Loncari, em seu artigo Ficção e história: o espelho transparente de Machado de Assis, a partir da leitura da obra de Edgar Allan Poe, Machado de Assis teria desenvolvido um método de investigação e exposição que lhe permitiu criar novas formas de estruturação narrativa. Esta estrutura, de acordo com Loncari, assemelha-se a uma espécie de espelho onde leitor visualiza o deformado e o corrupto de forma evidente e familiar, criando uma situação capaz de gerar empatia no mesmo. A naturalidade dos enredos literários construídos por Assis ultrapassa o plano de imaginação do leitor, inserindo-o na diegese como se fosse no plano real e, não obstante, a leitura machadiana revela no leitor a consciência de que ele necessariamente não se difere dos personagens apresentados no contexto literário. Esse efeito se dá, segundo o historiador Sidney Chalhoub (2003), devido o romancista expressar e analisar os aspectos essenciais do funcionamento e da reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período por ele narrado em suas obras. A descrição detalhista e investigativa empregada por Machado, onde ele comenta intensamente as transformações sociais e políticas de seu tempo, ainda que por meio de uma narrativa literária, representa o quanto Machado de Assis contribuiu para a construção do conhecimento histórico.

Tendo estabelecido esses pressupostos, e esclarecido sobre o Machado de Assis como um narrativista da história, esta pesquisa acerca da literatura machadiana se propõe dialogar com as contribuições de Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1788-1860) sobre a escravidão no Brasil. Perdigão Malheiro nasceu, em 1824, na cidade mineira de Campanha, região de intensa agricultura e pecuária escravistas. Era filho de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, juiz de fora; e Urbana Felisbina Candida dos Reis, jovem de uma importante família da região. Em 1829, Malheiro formou-se em Direito pela faculdade de São Paulo e, a partir de então, passou a integrar as elites burocráticas e políticas da Corte. Durante a sua vida, o jurista ocupou diversos cargos públicos e institucionais importantes, e escreveu diversas obras sobre direito e história, dentre elas o nosso objeto de estudo, A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social (1866).

Enquanto abolicionista, Malheiro é considerado moderado e conservador, visto que ele não apoiava a abolição imediata, mas sim de forma lenta e gradual, até o momento em que fosse naturalmente substituída pelo trabalho livre. Esse posicionamento era coerente com a posição política de Malheiro, pois este estava inserido no mecanismo governamental do Brasil imperial, e ainda que se opusesse ao paradigma escravista, ele ainda representava os interesses do Estado e das elites proprietárias de escravos. Por fim, o autor alude várias vezes, no curso de sua obra, à superioridade produtiva do trabalho livre sobre o trabalho servil. E perante o escopo desses pressupostos, Malheiros se propõe a analisar e combater, politicamente, todo o aparato do regime escravagista segundo o viés do Direito Criminal e Civil.

O foco central desse projeto de pesquisa está pautada nas obras de Machado de Assis, sendo o conto Pai Contra Mãe a principal obra a ser estudada. A escolha dessa obra se justifica por ela abordar questões e discussões sobre o objetivo na qual o trabalho se propõe alcançar; a escravidão no Brasil. Mas não somente isso, este trabalho irá se intentar a questionar e problematizar o fato do escravo ser retratado no conto por uma mulher que além de negra, é mãe. Tendo em vista em que o regime escravista despojava os filhos escravos de suas próprias mães durante a fase da infância, proibindo-os de constituir um seio familiar, o conto de Machado de Assis ter como protagonista uma figura feminina em meio à escravidão não pode ser considerara uma simples e mera coincidência. A figura da mulher negra e escrava, alinhada com as relações de poder do patriarcado, serão os elementos fundamentais para a construção da obra de Machado de Assis.

Logo após vem as obras Machado de Assis: Historiador, de Sidney Chalhoub, e o artigo Ficção e história: o espelho transparente de Machado de Assis, de Luiz Roncari, além das contribuições da tese de Raquel Machado Gonçalves Campos. Em ambas as dissertações, os autores discorrem sobre a relevância de Machado de Assis para o Campo da História; sobre como a narrativa machadiana expressa um relato coerente com a conjectura histórica do Brasil Imperial do século XIX. Seria então o Machado de Assis um mero escritor de contos literários? Ou então ele poderia ser considerado um historiador? São estas as questões discutidas pelos autores apresentados.

Por último, nós temos A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social, de Perdigão Malheiros. Ela será usada como fonte bibliográfica de fundamentação histórica, pois nela há diversas informações do campo jurídico e social referentes a escravidão no Brasil.

Não obstante, para dar um sentido sobre a escrita dessa dissertação, esta discussão sobre o Machado de Assis se deve por conta da nossa predileção subjetiva a sua escrita literária, pois o autor não somente faz parte de uns elementos fundamentais da nossa história do ponto de vista acadêmico, mas também se encontra presente tanto em nosso imaginário cultural, como a nossa memória coletiva, devido seus contos e histórias serem pontualmente presentes na vida do povo brasileiro. Portanto, acreditamos que o valor da literatura machadiana no ofício do historiador é algo bastante relevante, pois suas obras apesar de serem fictícias, são obras recheadas de informações detalhadas sobre o contexto histórico em que Machado de Assis vivenciou. Assim, optei pelo recorte temporal da escravidão no Brasil devido meu interesse pelo tema e sua relevância acadêmica para o campo da História.

O Machado de Assis, como um escritor realista do século XIX, traz uma leitura sobre a escravidão em seu conto Pai Contra Mãe; nesta narrativa, o autor aborda questões sobre o domínio dos brancos perante os negros, além de discutir temas referentes ao racismo e a igualdade entre as raças. Nesse contexto, tendo em vista a escrita sarcástica e implicitamente crítica de Machado de Assis, pode se dizer que o escritor foi um grande opositor ao modelo colonial de escravidão e exploração do negro. Partindo então do ponto de vista de um historiador, tais obras do Machado de Assis possuem contribuições tanto para a descrição do sistema escravocrata, como para uma crítica ao mesmo. O meu objetivo, a priori, é trazer o convencimento ao leitor de que a literatura pode e deve ser uma ferramenta de análise e pesquisa no acervo do historiador.

Tendo entendido esses pressupostos, temos como objetivo nesse trabalho identificar os elementos que moldaram a escravidão no Brasil representada na literatura de Machado de Assis e analisar através da narrativa machadiana, utilizando as descrições históricas de Perdigão Malheiros como fundamento histórico, os pressupostos teóricos e descritivos referentes a escravidão no Brasil e, por meio dela, estabelecer uma investigação crítica a respeito do tema, abordando questões referentes ao processo da dominação imperial, a coisificação do negro e a abolição da escravatura no Brasil.

Não somente isso, temos como intuito o propósito de difundir a reflexão sobre a relevância literária e histórica das obras de Machado de Assis, seja no ambiente acadêmico, ou na educação básica brasileira, principalmente para disciplina de História. É a ideia de que, por mais que as obras de Machado abordem personagens e estórias fictícias, sua literatura está pautada em sua observação critica e analítica da realidade, o que, portanto, pode e deve ser considerado um dos arcabouços bibliográficos do historiador e do professor durante sua investigação e pesquisa histórica. Esse trabalho tem como desejo, instigar a consciência crítica de seu leitor, por meio do aporte de Machado de Assis, e Agostinho Perdigão Malheiro, sobre os processos da escravidão no Brasil, além da sua abolição.

Tendo estabelecido a linha de raciocínio, chegamos a conclusão de que este trabalho se contentará objetivamente em trazer contribuições para o campo historiográfico da história cultural, com enfoque no diálogo entre a Literatura e a História. A princípio, esta pesquisa servirá como uma influência que despertará nos professores de História, e nos pesquisadores, o interesse de trazer para suas aulas e pesquisas dissertativas as obras literárias de Machado de Assis. Em um universo onde o paradigma positivista de documento ainda se encontra enraizado tanto no ambiente acadêmico, como no campo escolar, este trabalho servirá como um instrumento de questionamento e indagação, além de abrir os horizontes para a discussão sobre as possíveis fontes e bibliografias que um historiador deve ter em seu acervo de pesquisa. A literatura é um registro muito rico de informações e ideias humanas o que, portanto, a legitima como documento histórico, apesar de ela não ser considerada um documento oficial.

Conquanto, este trabalho elucidará a relevância acadêmica e popular de Machado de Assis. O Machado, como um dos maiores escritores brasileiros, representa em seus escritos a verdadeira essência do nosso país. É por isso que esse trabalho se comprometerá em discutir e compartilhar o máximo de informação possível sobre este autor, para que mais pessoas possam lê-lo e compreendê-lo em sua totalidade.

Para concluir essa introdução, seguiremos, como linha metodológica, a historiográfica da Nova História Cultural, e trabalharemos com conceitos e cogitações sobre a relevância da literatura no Campo da História. Utilizando-se das bibliografias outrora apresentadas, buscaremos construir uma narrativa imersiva, que aborde os aspectos históricos da temporalidade do Brasil Imperial e escravocrata sobre a ótica das referências literárias de Machado de Assis, um dos maiores escritores da história brasileira. Esse trabalho é, em seu cerne, uma discussão historiográfica sobre o Machado de Assis e as suas obras, em especial o conto Pai contra mãe. É o debate eterno sobre o quão aceitável é os escritos literários para recorrer da pesquisa histórica, num mundo em que o documento oficial ainda carrega consigo um peso na fundamentação de grande parte das narrativas históricas.

Tendo isso em mente, é possível refletir sobre como o Historiador, empenhado em investigar esse período da história do Brasil, pode utilizar os registros literários de Machado de Assis para embasar os seus estudos, como também o seu exercício como professor. Ademais, a pergunta que nós fazemos é, seria o Machado de Assis um mero escritor literário? Ou então seria que ele um narrador da História?

**Capítulo 1. Literatura e História uma relação a ser levantada:**

Para dar início a nossa dissertação, precisaremos primeiramente abordar as discussões teóricas e epistemológicas sobre a Nova História Cultural e sua correlação com a literatura. Mas para isso, devemos traçar uma linha de raciocínio que vem desde os conceitos tradicionais da História, como o positivismo do século XIX e a “cientização” da História, a até então Escola dos Annalles no século XX. Compreendendo esses preceitos poderemos dar continuidade ao objetivo desse trabalho, que é investigar os pressupostos históricos e literários no que cerne a narrativa machadiana. Como literato, Machado de Assis estabelece uma analise histórica e social de seu tempo em suas obras de ficção, como as críticas que ele tece sobre a escravatura em seu pequeno conto Pai Contra Mãe. Para então cogitar entender a complexa relação de Machado de Assis com o campo da História, devemos ter fresco em nossas mentes às premissas elaboradas pela Nova História Cultural.

Logo em seguida, entendido tal problemática, daremos continuidade à crítica literária, histórica e social em relação ao debate documental. Poderia ser a literatura considerada um documento de pesquisa histórica? Não obstante, quais as metodologias melhor se aplicam na análise histórico-literária? Como estabelecer um diálogo amplo entre a literatura e historiografia? E acima de tudo, poderia a literatura ser um recurso no acervo de ensino didático de um professor?

Feita essas perguntas, constata-se que o apreço de muitos historiadores pela literatura se dá justamente pela necessidade de se combater a noção de “fato histórico”, muito empregada pelos positivistas. Sabendo que a literatura não se compromete em narrar com clara certeza a “realidade dos fatos”, segundo a perspectiva da história tradicional, temos em mente que a literatura é um dos produtos subjetivos da criatividade e percepção humana. Ainda sim, por ser um fruto da complexa produtiva humana, a literatura se encaixaria perfeitamente no escopo de analise do historiador, não somente como um livro de registros e informações sobre o passado, mas como um mar de afetos e cotidianidades dos homens comuns. Seria então a literatura um reflexo da produção histórica?

* 1. Uma Nova “Velha” História

Desde meados do século XIX, a história se abarca em um novo rumo de mudanças, abandonando sua antiga forma de pensamento romanesca e filosófica, para então adotar uma nova perspectiva historiográfica. Tendo em vista em que as ciências brutas, ou naturais, estavam obtendo considerável evidência nos espaços intelectuais e acadêmicos da Europa no século XIX, alguns historiadores buscam renegar a tradição literária e sociológica da história no intuito de se aproximar desses novos ramos de conhecimento em ascensão. Há por fim uma desconsideração pelas literaturas da história e uma valorização pela formação dos historiadores dentro das universidades.

A derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana (1870) possuiu forte impacto na construção dessa mudança historiográfica. Tendo em vista que, após esses acontecimentos, os sentimentos patrióticos de louvor à unidade nacional se tornaram exacerbados, surgiu então à necessidade de se repensar um ensino histórico que alimentasse o espírito de cidadania e identidade nacional dos cidadãos. À História pesou esta responsabilidade, que a partir de um ensino “pedagógico-social” formaria “bons cidadãos, bons eleitores e soldados [com amor] ao fuzil” (TÉTART, 2000, pg.102).

É nesta conjuntura que se manifesta a Escola Metódica, que para Dosse é uma historiografia pensada em torno de um axioma que pressupõe a história como uma “ciência positiva”, cujo objetivo é fugir da interpretação subjetiva do historiador, para que no fim possa se estabelecer uma narrativa coerente com a “verdade dos fatos”. Neste novo modelo historiográfico ascendente, o historiador buscava zelar por uma narrativa histórica sem quaisquer traços de estéticas literárias, sem paixões pessoais e ideologizadas. O papel do historiador era produzir um discurso frio e racional, embasado somente nas informações contidas nas fontes oficiais, essas que por sua vez eram emanadas do governo, sem se preocupar em decifrar o que nelas estavam escritos.

No positivismo da Escola Metódica, o historiador se enxergava como um cientista em função, tendo como influência as “ciências duras”, conforme a física e a biologia, na qual serviram de base para elaboração dos novos métodos científicos de investigação e pesquisa dos historicistas do século XIX. Estes mesmos historiadores buscavam na pesquisa dos documentos retratar a história como ela verdadeiramente aconteceu. Suas críticas estavam pautadas especialmente na procedência da documentação, incluindo a exclusão de conhecimentos considerados “não científicos” (filosofia, arte, literatura e etc). Não obstante, seguindo esse parâmetro epistemológico, o principal anseio do positivismo era agrupar e ordenar os fatos históricos numa sequência de casualidades descritivas, sempre visando à determinação dos fatos mediante a narrativa histórica.

Por essas razões, era comum que os historicistas criassem manuais de abordagem histórica. Esses manuais, como a obra “Introduction aux études historiques” de 1898, destacavam a importância do pensamento metódico em relação ao procedimento da coleta de fontes. O manual reteve ileso os aspectos essências no que cerne ao subjetivismo, apesar de não negar a sua existência entre os historiadores. Pelo contrário, a perspectiva positivista vangloriava o historiador que não permitia seus posicionamentos pessoais contestar o seu julgamento cientifico perante o decorrer dos fatos. É por conta disso que os metodistas eruditos enfatizaram na necessidade de se estudar o passado arquivado apenas nos documentos oficiais. Pois era muito mais seguro deixar as paixões se dissiparem com o passar do tempo, do que se engajar nas analises contemporâneas dos sociólogos em relação ao tempo presente; tendo em vista que, essas análises, para os positivistas, seriam afetadas pelas paixões efervescentes daqueles que vivenciaram aquela temporalidade específica.

Sendo assim, compreendemos que nesse momento, a Escola Metódica do século XIX, muito influenciada por autores como Leopold von Ranke, irá se comprometer em narrar uma história essencialmente política, rejeitando as raízes literárias e sociológicas da história, para em seguida construir uma tradição cientifica da historiografia. Essa história, fundamentada na observação empírica do documento descritivo, não se contentará em aplicar um pensamento crítico nessas mesmas fontes documentais, levando em conta que pelo fato de elas serem oficiais, sua autenticidade e segurança já são primordialmente comprovadas.

Ainda sim, temos em mente que essa história, apesar de se propor neutra e racional, tem como ambição produzir um ensino pedagógico para as classes subalternas, no intuito de os formar como cidadãos dignos e patriotas. Compreendemos que esta história, desde sua fundação, fora feita para narrar os grandes acontecimentos políticos e, portanto, enaltecer os “heróis” e estadistas de passado. Uma história de cima para baixo, para satisfazer os anseios das elites.

Não obstante, com o advento do marxismo, esse paradigma é parcialmente quebrando, visto que o método dos historiadores marxistas se constituía em construir uma narrativa histórica das classes subalternas, sendo o proletariado o objeto principal de estudo. Ainda sim, os pressupostos de Marx abarcam a priori os princípios do materialismo histórico dialético, que prioriza a luta de classes no âmbito econômico e social. É por essa razão que, segundo Peter Burke, uma das críticas substanciais dos marxistas é de que os historiadores culturais muito superestimam a homogeneidade cultural e pouco atribuem relevância aos conflitos sociais.

Em contrapartida, a Nova História Cultural surge como uma forma de revolucionar a historiografia do século XX, que ainda tinha como foco a História Política da Escola Metódica, junto com a História Economicista dos marxistas.

Nascido do movimento dos Annales nos anos de 1978, na França, o termo “Nova História” ou “História Nova” ganhou notoriedade após o lançamento da revista dos Annales, que segundo Peter Burke, fora criada para promover uma nova percepção da história (apesar de voltar, de certo modo, às raízes clássicas de antes do advento do positivismo). De acordo com o Burke, para muitos estudiosos, Lucien Febvre e Marc Bloch são associados como os pioneiros dessa nova linha historiográfica. Autores como o medievalista Le Goff também trazem muitas considerações para o debate da Nova História Cultural. Ainda sim, essa tendência se espalhou por grande parte do globo durante os anos 70 e 80, envolvendo historiadores da América Latina, como também da Ásia. Mas é inegável admitir que os Annales incentivou um forte movimento de reação contra o paradigma historiográfico, levando muitos historiadores a se rebelarem contra os rankeanos, incluindo os clássicos marxistas.

A Nova História, por sua vez, traz uma abordagem mais ampla do entendimento sobre o passado, seus historiadores buscam “uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário” (LE GOFF, 1998, p. 8). Em um contexto em que a História Política e Econômica dominava o cenário acadêmico, os historiadores dos Annales optaram por abarcar outras ciências complementares, tendo em vista que toda e qualquer produção humana pode ser considerada uma evidência histórica a ser investigada. É neste momento, com a terceira geração dos Annales, que se institui um amplo dialogo da História para com os mais diversos ramos do conhecimento, como a antropologia, sociologia, literatura, geografia, psicologia, arte e entre tantas outras. O conceito de fonte torna-se relativo, abrindo novos horizontes para além da fonte oficial.

Sabendo que a nova historiografia dos Annales expandiu as possibilidades documentais, o mesmo ocorre para com as temáticas de pesquisa e investigação histórica, antes mais preocupada com a narrativa do ponto de vista político, como bem aponta Peter Burke:

Por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. “Tudo tem uma história”, com o escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão “história total”, tão cara aos historiadores dos Annales. A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das idéias. Nos últimos trinta anos nos deparam os com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem um a história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo (como apresentado por Roy Porter, p. 291), a feminilidade (discutida por Joan Scott, p. 63), a leitura (discutida por Robert Darnton, p. 199), a fala e até mesmo o silêncio. (BURKE, 1992, p.11)

Partindo dessa premissa, a nova história se empenhava em narrar à história de uma perspectiva crítica, analisando a estrutura da sociedade como um todo, através não só da política e da economia, como também da sua relação com os fragmentos culturais. Conceitos antropológicos como os ritos, e o poder simbólico, eram levados em consideração para o diagnóstico do historiador. É admitir que a cultura, e suas infinitas variações nos diferentes setores e classes sociais, constituem a história humana e sua práxis perante o tempo. Diferente dos historiadores tradicionais, que priorizavam somente uma história factual, embasada exclusivamente em acontecimentos objetivos, o historiador cultural, ou estrutural, tem como escopo o ato de traçar questionamentos a determinados eventos e modelos de história, no intuito de não somente indagar aquele fato em si, mas também contestar a intencionalidade daqueles que produziram a própria fonte oficial, estes que também são passiveis de parcialidades e interesses pessoais.

Conceitos como o eurocentrismo historiográfico, que a priori privilegiava uma narrativa a favor dos europeus ao passo que diminuía os outros povos. A rejeição dos historicistas para com os personagens “menores” e marginalizados da história, como a classe trabalhadora, as mulheres, os escravos e assim por diante. Todas essas questões eram problematizadas pelos historiadores dos Annales.

Mas acima disso tudo, a maior preocupação desse movimento historiográfico era de fato lidar com o complexo conceito de cultura. Afinal, o que seria cultura? O que a constituía? De onde ela vinha, como surgia? Sua relação seria homogênea em toda a sociedade? Ou ela se manifestaria das mais diversas maneiras nos amplos setores da civilização? Poderíamos esboçar um discernimento entre cultura erudita e cultura popular?

De acordo com Peter Burke, uma das percepções que se tinham sobre cultura, era para referenciar as belas artes e a ciência. Cultura era tudo aquilo que era nobre e sapiente, um conjunto de práticas e costumes associado às elites. Daí o termo “alta cultura”, o que resultou também na classificação da “baixa cultura”, essa atribuída as convenções populares, como as crenças folclóricas, ritos e músicas populares, medicina subalterna e aí por diante.

Todavia, essa subdivisão é vista com problema para os historiadores culturais, tendo em vista que a definição do que é “povo”, e as manifestações de seus costumes, são consideravelmente relativas, o que leva o historiador a se preocupar em analisar o contexto dessas performances culturais. Em muitos casos, a mesma cultura do povo também o é para a elite, e se pressupormos uma exclusividade da cultura popular para os populares, há de se cair no erro da “homogeneidade dos excluídos”. Um dos exemplos que Peter Burke nos apresenta em seus escritos, é o do fenômeno das mulheres aristocratas, que tinham o costume de ler “livrinhos baratos tradicionais”, sendo esses considerados exemplos de cultura popular. Isso ocorria devido a falta de oportunidades oferecidas a esses mulheres, mesmos ainda nobres, que por conta de sua situação como mulher, lhes eram negadas o direito de uma “alta escolarização”.

Ou seja, na Europa Ocidental, até o início da modernização, pode-se dizer que a havia entre as elites uma tendência “bicultural”, pois na medida em que a nobreza exercia práticas atreladas à cultura erudita, ao mesmo tempo eles se relacionavam com a cultura popular. Isso só foi mudar depois de meados do século XVII, quando as elites optaram pela segregação dos costumes do povo e uma ultra valorização de seu modo de vida “superior”.

Por essa razão, é muito complexo nos apropriarmos dessas conceituações de forma estrita e objetiva. Para Burke, talvez a melhor escolha seja empregar as duas terminologias de forma a não soar muito rígido a oposição binária, colocando ambas as culturas erudita e popular em um mesmo escopo de observação.

Sabendo disso, a cultura torna-se um dos elementos centrais não só da Nova História, como também desta dissertação, que tem como eixo a literatura de Machado de Assis. A mesma literatura que, por sua vez, se mostra como mais uma das incomensuráveis produções culturais da história brasileira, da mesma forma que a arte, a música, os hábitos e valores compostos pela nossa tradição cultural. E assim como a fonte oficial, tal literatura agora se transforma no documento do historiador.

* 1. Critica literária, histórica e social

É sabido que tanto a escrita histórica, como a literária, compartilham do mesmo objetivo de compreender as diversas nuances da realidade humana. Portanto, pode-se dizer que a aproximação entre a história e a literatura é no mínimo aceitável, de modo que muitos historiadores buscam nos textos literários os elementos simbólicos que compõem uma sociedade, como os discursos e os próprios costumes de um contexto histórico-social num determinado espaço e tempo. É nas leituras de Bordieu que compreendemos a relevância da literatura para a pesquisa histórica, quando vemos que o poder simbólico reflete indiretamente no modo de pensar dos indivíduos, manifestada na forma dos símbolos, das práticas, das crenças, que muito são usadas como ferramentas de controle social pelas elites; inferimos que estas performances culturais moldam a forma do ser humano de se relacionar com os variados setores da sociedade, desde o campo político, econômico e social. É por essa razão, que nas ultimas décadas, as literaturas passam a constituir grande parte do repertório histórico dos pesquisadores, no intuito de permitir múltiplas leituras e interpretações por conta da riqueza cultural encontrada nos textos literários, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos agentes no tempo (FERREIRA, 2009, p.61).

Essa vasta riqueza cultural se dá devido ao âmago apriorístico da fonte literária, como uma narrativa que se propõe a abordar as representações construídas em uma sociedade. Por esse motivo, o texto literário torna-se um campo privilegiado para a análise e investigação histórica, pois ainda que ficcional, sua linguagem metafórica e alegórica expressam significâncias sociais, fruto da intencionalidade dos seus autores como também da memória coletiva e cultural oriunda da época em que eles viveram, que podem ser interpretadas tanto pela teoria literária quanto pela historiografia.

Ainda sim, é importante ressaltar que a história e a literatura, apesar de conter semelhanças narrativas, não são a mesma coisa. A literatura, segundo Sandra Jatahy Pesavento em seu artigo, é um discurso privilegiado referente ao imaginário de diferentes temporalidades. Assim como a “Poética”, ilustrado por Aristóteles, ela é a narrativa do que poderia ter ocorrido, ficando com a história a obrigatoriedade narrar os fatos acontecidos. Contudo, na contemporaneidade, vemos que muitos historiadores optam por se engajar nos estudos sobre o imaginário e as representações que se constroem no decorrer no tempo, pautando-se nos textos literários para enfim instituir um acesso privilegiado do passado. É a ideia de investigar no não acontecido para recuperar o que aconteceu.

Contudo, de acordo com Pesavento, a faceta do não acontecido é um elemento perturbador para o historiador, pois muito da tradição positivista influência a forma como os historiadores vislumbram o campo. Afinal, se o foco do pesquisador é a busca pelos personagens históricos, as datas e os acontecimentos factuais do que ocorreu no passado, a literatura não lhe será a melhor fonte para ser utilizada. É aí que se encontra o grande questionamento. Como a literatura, uma narrativa do não acontecido fictício, pode carregar consigo os traços e indícios das marcas de historicidade para no fim tecer uma visualização interpretativa do que pode ter acontecido?

 A reposta pode ser encontrada nessa passagem no artigo de Pesavento:

A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquando possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. (PESAVENTO, p.3)

Ou seja, o que de fato importa para o historiador é o processo de extração da sintonia histórica e dos elementos socioculturais que o autor, em seu presente, pincela em sua obra literária. É na narrativa do dia a dia do cortiço que Machado de Assis, por exemplo, que detalha com primazia as condições precárias das classes subalternas no Brasil oitocentista, além de seus costumes, ritos, símbolos e demais práticas culturais no que cerne a época, que podemos extrair tal referência de historicidade. Temos também, como exemplo, a estória do caçador de escravos Cândido Neves, personagem fictício do conto machadiano Pai Contra Mãe (que será abordado no próximo capítulo), na qual nos revela com pormenor descrição as relações escravistas do império brasileiro, através no intimo desenvolvimento de seus personagens.

Por mais que aqueles personagens sequer tenham existido na realidade, assim como os acontecimentos específicos e detalhados da própria narrativa literária, o cenário da obra pode nos trazer uma minuciosa contextualização histórica de uma determinada época passada; perpassando o imaginário e a própria memória coletiva. Portanto, pode se aferir que um dos papeis principais do historiador, assim como o do escritor, é a reconstrução da memória, pois “assim como a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido” (PESAVENTO, 2008, p.15).

De acordo com Pierre Nora, a memória carrega consigo o propósito de “suporte exterior e referência tangível” de uma existência que só vive através delas. Sobre essa temática, Le Goff (1996, p.425) questiona e problematiza a relevância da memória como um suporte da escrita, seja histórica, ou literária: “a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas”.

Nesse quesito, a literatura, apesar de não expressar uma preocupação explicita em relação à construção da memória, é certo que o mesmo produz essa finalidade, pois as estruturas literárias constituem formas privilegiadas de se compreender os aspectos da memória coletiva. As revelações, mesmo o próprio silêncio encontrado no texto literário, são fontes de extrema importância para se conjecturar os mecanismos de perpetuação ou transformação das representações simbólicas em uma dada sociedade. Muito mais considerável do que o historiador se propor em analisar os eventos na sua forma mais material e factual da narrativa, é quando ele busca nos discursos uma orientação para a percepção da realidade.

É na relação intrínseca entre os diversos e respectivos conjuntos de valores, ritos e símbolos que o historiador pode desvendar a lógica do controle social exercido pelas elites, evidenciado na ideia do poder simbólico discutido por Bordieu.

Ou seja, as fontes literárias, mesmo não se responsabilizando em descrever estórias com objetiva factualidade, detêm o potencial de narrar a respeito dos modos de pensamento de um grupo social mais do que os próprios textos históricos. Segundo a definição de Roland Barthes, a literatura visa criar um certo “efeito de realidade”, de modo que, em muitos casos, constrói representações vividas do passado, ou mesmo distopias de um futuro provável, mais coerentes do que a própria narrativa historiográfica.

Por isso, o dialogo entre historiadores e estudiosos da literatura é produtivo e se anexa numa proposta de trabalho com as obras literárias como obras da cultura, tal qual rogava Gramsci. A pluri e interdisciplinaridade no trato dos ramos da arte, entre elas a literária, tampouco é novidade. Sua trajetória é antiga, computada desde os conhecimentos atribuídos a tradição clássica. Aristóteles, por exemplo, observa que a separação do historiador e do poeta residia na particularidade do conteúdo; ao poeta era destinado descrever o que deveria acontecer, enquanto ao historiador narrar o que de fato ocorreu. Essa ideia, de acordo com Gabriela de Lima Grecco em seu artigo, é o vinculo da representação do real, ou da imitação, regulamentados pelo conceito de mimese. Ou seja, para Aristóteles, a verossimilhança era um atributo indispensável ao trabalho artístico, já que o texto deve preservar concordância e compatibilidade com a realidade. Portanto na estética clássica, a marca do “verossímil” testificava o parentesco entre o relato histórico e as histórias fictícias.

Contudo, na pós-modernidade, esta tendência outrora clássica retorna após a superação do positivismo metódico. A diferença metodológica desse recente retorno se encontra na intencionalidade empregada na própria pesquisa dos textos literários. Se antes buscava-se o testemunho dos fatos, como por exemplo a guerra de Canudos em Euclides, hoje procura-se os vestígios de fatos menos palpáveis, através das sensibilidades, intuição ou imaginário, algo mais relacionado a metáforas, como foi bem discorrido nos parágrafos anteriores.

Nesse sentido, os conceitos de realidade, fato e ficção entram na lista de problematizações do historiador que opta por trabalhar com a literatura. Ainda que muitos historiadores tendem a frequentemente ser levados a crer que o texto literário é um discurso enfeitado, com pura retórica, incompatível, portanto, com a perspectiva científica, autores como Roger Chartier (2006, p. 29-43) esclarece que a “realidade” não é uma referência objetiva, exterior ao discurso, mas é sempre construída pelo discurso e a linguagem.

É a perspectiva de operar um constante esforço de modificação no exercício do domínio da história, com o objetivo de colocar em evidência a problematização do próprio fazer histórico, incluindo seus conceitos. Quando efetivada essa problematização, o historiador estará preparado para compreender a subjetividade implícita na reconstrução do passado, dando mais ênfase nos discursos e nas representações presentes no meio social.

Gabriela de Lima Grecco evidencia que apesar da história preservar à ambição de constituir um conhecimento científico, seja pela analise dos arquivos oficiais, das metodologias de pesquisa, dos critérios da escrita fundamentada na cientificidade; a construção do saber histórico percorre a produção do ponto de vista do discurso que é, portanto, ontologicamente relativo.

Por fim, o discurso histórico é uma manifestação de uma perspectiva, às vezes produzida pelas elites, outras provenientes das vozes oprimidas. A nova historiografia nos revela que a relativização do fato e do fictício se tornou o caminho mais coeso com o fazer histórico, quando vemos que agora o historiador se propõe a interpretar os discursos, não tomando como verdade absoluta um relato de um arquivo. Seja perpassando pela analise, até mesmo passando pelo exercício da escrita, o conceito de fato e ficção se mesclam, e a narrativa histórica coincide com o texto literário. As fontes históricas, apesar de serem vestígios do passado e testemunhos de uma realidade inexistente, resgatam significados, possibilitando a reconstrução da história com o olhar do presente. É nesse sentido que Ginzburg (1999) argumenta a favor da significação da evidências documentais, de que as fontes são, na realidade, formas de conhecimento indireto, além de misterioso; cabendo ao historiador, como um detetive, desvendar os seus segredos.

Por essa razão, a narrativa literária ganha prestígio aos olhos do historiador, que vislumbra em seu bojo os elementos do fazer histórico, manifestado na ideia das representações, do imaginário social, e da aproximação do contexto literário para com a autenticidade sociocultural.

**Capítulo II. A escravidão na literatura machadiana**

Neste capítulo, trabalharemos a ideia de escravidão dentro da literatura machadiana; em específico o conto Pai Contra Mãe. Mas para isso, será necessário repassarmos um panorama geral sobre acontecimentos históricos da escravidão no Brasil, perpassando sua origem nos primórdios da colonização, para até então o tempo próximo de sua abolição, no cenário oitocentista. Para isso, usaremos como fonte a dissertação histórica, jurídica e social de Agostinho Perdigão Malheiro. Como um expoente abolicionista, e também jurista, Malheiro constrói uma narrativa crítica em sua obra A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. De forma descritiva, Malheiro escreve sobre os acontecimentos “factuais” das práticas escravistas, do ponto de vista histórico, além de analisar perante a perspectiva jurídica-social os males da escravidão para a sociedade brasileira, ainda que apegado a um viés conservador. Essas informações fornecerão o ar de historicidade para a escrita dessa monografia.

Logo em seguida, chegaremos finalmente ao Machado de Assis, para relembrarmos a pertinente discussão sobre a historicidade de suas obras. Seria Machado de Assis um historiador? Para isso, refletiremos a luz das contribuições de Sidney Chalhoub, Roncari e os apontamentos da pesquisadora Raquel Machado Gonçalves Campos. Tendo estabelecido no capitulo anterior à relação intrínseca entre História e Literatura, nosso objetivo nesse capítulo é extrair a conclusão epistemológica e historiográfica de que mesmo não sendo de fato um historiador, podemos encontrar elementos históricos nas literaturas de Machado de Assis. Como por exemplo, contextualizações sobre os processos da escravidão.

E para desvendar essas nuances históricas, precisaremos analisar a fundo o conto Pai contra Mãe, e entender o porque desta monografia enfatizar em seu título a ideia de Mãe contra Pai. Semelhante a um historiador alinhado as perspectivas da Nova História, Machado de Assis problematiza o conceito e a crueldade da escravidão, assim também como a lógica do preconceito. É no confronto de Cândido Neves, um homem desempregado, perdido na miséria, mas branco, com a escrava mãe e fugitiva que compreendemos os processos de exploração e resistência.

1.1 Escravatura no Brasil

Pelo contexto apresentado por Agostinho MarquesPerdigão Malheiro, em sua obra “A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social.”, a prática da escravidão já era tolerada pelas sociedades europeias, como Portugal e Espanha, sendo esta aplicada em meados do século XV contra os mouros e sarracenos, inimigos declarados do modo de vida ocidental e a religiosidade cristã. Para Perdigão Malheiros (1867), tal prática hedionda era uma represália ao igual procedimento de captura e opressão dos sarracenos para com os cristãos.

Mediante a esse cenário, onde a escravidão era um fato existente, no contexto da “descoberta” da costa ocidental africana por D. Henrique, os portugueses não tardaram em transportar os negros africanos para o seu país, não como ilustres convidados mas sim como escravos sem direitos ao exercício da liberdade. Segundo Perdigão Malheiros, essa captura não foi movida pelo sentimento de ódio e discriminação por parte dos europeus para com os negros, mas sim fora interpretada como um benefício de resgata-los de uma morte certa ou de um cativeiro, visto que o princípio da escravidão já existia entre as tribos africanas.

Contudo, essa pressuposição se encaixava no amplo discurso eurocêntrico, do messianismo cultural à política colonial, conceitos como o fardo do homem branco que legitimavam a prática da escravidão. Sobre a narrativa do resgate, não só os portugueses, mas como todas as potências europeias, se proporão a justificar a escravatura baseado na ideia de superioridade branca e inserção dos povos bárbaros, sendo neste caso os negros africanos, nativos americanos e povos asiáticos a lógica cultural da civilização ocidental. O processo civilizatório se constituía inteiramente da conversão desses povos ao cristianismo, sendo no Brasil a fé católica, fortemente propagada pela metrópole portuguesa.

Ainda sim, as razões filosóficas e sociais tampouco ultrapassaram os interesses econômicos por trás do cativeiro. Como bem levantado por Perdigão Malheiros em seus escritos, os encarregados pela captura e o transporte dos negros africanos para o continente europeu, perceberam nesta prática um nicho lucrativo de mercado:

Em breve a cobiça despertou a especulação mercantil; o amor do ganho descobrio no commercio dessa misera gente uma fonte de lucros e riqueza; o negro foi transformado em mercadoria. Em 1444 o capitão Lançarote desembarcou em Lagos (Algarves) 200 ou 235 escravos negros, que vendeu (5). Madeira e Canarias erão fócos do commercio. E os mahometanos da Africa tambem os trazião a Portugal para trocarem pelos prisioneiros que os Portuguezes lhes fazião (6). (MALHEIROS, 1867, p.2)

Agora coisificado em uma mera mercadoria, Portugal, assim como a Espanha, viram seus mercados inundados de africanos capturados. Cidades como Lisboa e entre outras se tornarão em verdadeiras alfândegas desta nova e abominável “mercadoria”. Numa tentativa de controlar o trafego de escravos, o Reino Português se viu na responsabilidade de tributar as transações mercantis referentes aos mesmos. Em uma conjuntura onde o mercado da capital apresentava de 10 a 12.000 escravos anuais, a arrecadação de impostos ultrapassava suas metas e recordes.

A Igreja, por sua vez, interveio na relação escravista, se propondo combater, a princípio, tal prática que era contrária as leis Divinas e Naturais, dogmas fundamentais para os valores eclesiásticos. Conforme Malheiros (1867) decorre em sua tese, O Papa Pio II em Bulia de 7 de Outubro de 1462 buscou censurar a inclusão dos povos africanos a escravidão, como em uma tentativa de resguarda-los de tal destino cruel. Apesar disso, seus esforços não foram o suficiente, pois com o “descobrimento” das Américas pelos portugueses e espanhóis, a mão de obra compulsória nunca fora tão necessitada. Importados aos montantes, os escravos negros tornariam-se a principal força de trabalho do Novo-Mundo, pois como bem reitera Perdigão Malheiros (1867), assim como fora com a escravidão dos Índios, os negros eram considerados fisicamente muito mais vigorosos do que o branco europeu e, portanto, mais aptos para o trabalho braçal. Sua força de trabalho seria destinada aos infantes engenhos de açúcar, uma das principais atividades produtivas da América-Lusa.

O curioso a se pensar é que Portugal, assim como os espanhóis, optaram por deliberadamente priorizar o cativeiro dos negros ao invés dos nativos americanos, depois de anos de exploração e extermínio indígena por parte dos colonizadores europeus. Como bem expõe Perdigão Malheiros:

Em 1511 o Rei Fernando, ao mesmo tempo que tomava, a instancias dos Dominicanos, medidas para melhorar a sorte dos Indios, favorecia a introdução de escravos de Guiné, e até queria que elles fossem importados nas colonias, e designadamente Hispaniola, em grande numero (13). (MALHEIROS, 1867, p.4)

Desenvolvida então a cultura da cana-de-açúcar, assim como as capitanias cedidas por D. João III (1532-1535), constituía-se por sua vez o domínio de uma nova elite latifundiária no Brasil Colônia, com poderes sobre a vida e a morte dos escravos, como proprietários de um bem legítimo garantido pela Coroa Portuguesa. Diferentemente dos Índios, que agora detinham o privilégio de não serem coagidos ao trabalho forçado, a escravidão dos negros africanos era tolerada, além de legislada pelos Governos instituídos no Brasil. O principal motor que movia as forças escravistas não eram, necessariamente, pura e objetiva discriminação étnico-racial. Nessa época, para Perdigão Malheiros (1867), o interesse econômico se sobressaia perante as ideologias de preconceito e teorias raciais, pois a mão de obra escrava não era somente benéfica para os colonos pecuários, como também provia prosperidade aos cofres públicos da metrópole.

Já pelo mundo, no campo das ideias e do debate filosófico sobre as relações servis, havia narrativas em atrito para justificar e deslegitimar o intercurso do cativeiro dos negros. Na Igreja Católica, por exemplo, ao mesmo tempo em que algumas figuras eclesiásticas apresentavam argumentos a favor da escravidão, outros por sua vez protestavam contra tais práticas. Como bem cita Perdigão Malheiros (1867), o jesuíta português Manoel da Nobrega foi um dos muitos padres que se queixou da introdução dos negros como escravos a sociedade colonial, através de cartas e reclamações ao collegio de Santo Antão em Lisboa. Não obstante, grande parte do setor da Igreja acusava os negros pagãos de serem descendentes do personagem bíblico Caim, carregando por fim sua marca e maldição, o que legitimaria por vez sua subjugação perante o branco europeu, superior por serem escolhidos por Deus. Essa foi uma das principais formas de legitimação do preconceito e da escravidão.

Independentemente das alegações teológicas e futuramente “racionalistas”, como a eugenia, o neocolonialismo e o darwinismo social, permitida e desejada à prática da escravidão, o principal fator de impulso da mesma seria a demanda de produção. O interesse econômico partia desde os setores agrícolas na colônia luso-brasileira, totalmente dependente da força braçal dos negros, às companhias que angariavam lucros exorbitantes com o tráfico desses escravos. Com passar do tempo, quando a população escrava aumentou exponencialmente no Brasil, o reabastecimento de escravos agora se encontrava no próprio território colonial, devido o princípio do Direito que promulgava a escravidão por hereditariedade. Mediante tal legislação, o filho que nascesse de uma mãe escrava herdaria o seu status, mesmo que este mesmo filho possuísse uma pele mais clara. Por conta do fenômeno da miscigenação étnica no período colonial, todo aquele que possuísse procedência negra era reduzido à escravidão:

Dessas uniões entre as diversas raças resultou que fossem escravos individuos de todas as côres, desde o negro até o quasi branco, como foi reconhecido formalmente no Alv. de 16 de Janeiro de 1713; o que ainda hoje se observa. (MALHEIROS, 1867, p.14)

Ser reduzido e degradado a escravidão significava, acima de tudo, perder todos os direitos de um cidadão comum. Não somente a liberdade lhe era privada, mas também sua própria identidade como um ser humano. Segundo Malheiros (1867), o escravo não era nada mais nada menos do que um instrumento de trabalho, uma maquina destinada a produção. Para o escravo lhe era negado à formação educacional e intelectual, além da privação de constituir laços familiares. Eles eram diminuídos ao estado de cousa, como seres irracionais comparados aos animais. Sem a menor consideração pela vida dos escravos, o regime servil os despojavam até da própria consciência de sua dignidade humana. Isto os levava a realmente acreditar que não passavam de meras ferramentas de seus nobres senhores. Como consequência, causada pelas torturas e crueldades constantes dos senhores de escravos, o sentimento de ódio e ressentimento passa a prevalecer em muitos negros em cativeiro.

Dai surge à luta constante entre o senhor e escravo, e com ela as medidas paliativas de resguardar e proteger os senhores desses mesmos escravos ressentidos. Perdigão Malheiros identifica em sua analise, que em todas as nações que admitiram “tão peçonhenta serpe” em seu seio, havia sido observado uma tendência em comum. Desde os antigos, como a Grécia e Roma, aos modernos europeus, incluindo os Estados Unidos ao Norte da América; a classe dominante, imbuída com o poder de legislar, assume uma postura autoritária em relação aos escravos, tomando sempre providências bárbaras e cruéis contra os mesmos, na tentativa de instaurar um certo ideal de “segurança pública e individual”.

Nessa sociedade, para Malheiros, surge por fim algumas nocivas consequências, frutos das políticas de segregação adotadas pelas instituições de poder no território colonial. Dentre elas, a estruturação irregular do estado social, exacerbação da desigualdade racial e social, culminando na divisão oficial entre senhores e escravos. O resultado disso foi à exclusão inerente dos negros aos demais segmentos da sociedade. Em contrapartida, a elite escravista acumula ganhos imoderados, rendimento esse que é usado para financiar suas vidas de luxo e regalias. Até mesmo o branco comum, assalariado e de baixo status social, goza de mais privilégios do que os negros escravizados, incluindo aqueles que ao longo de sua vida obtiveram a alforria.

Tendo em vista que o preconceito étnico-racial se encontra fortemente enraizado nos alicerces culturais do Brasil colonial do século XV e adiante, o negro liberto pouco é incluído na lógica socioeconômica da América-Lusa. Por essas razões, muitos escravos que conquistam a alforria optam por continuar a prestar seus serviços e lealdade para com os seus antigos senhores. É nesse contexto em que o aparato de dominação ideológica do sistema servil se sobressai perante as brechas que o próprio sistema se permite possuir. Conceda a liberdade, mas o prive da ressocialização e de sua inserção no mercado, além dos direitos fundamentais concedidos pelo Estado, como saúde, moradia e formação educacional. O Estado não se preocupa em fornecer o amparo a esses negros libertos, que ao longo de sua vida foram expropriados de sua terra e liberdade.

Contudo, mediante a opressão e o privo da liberdade, a resistência nasce alimentada pelo ressentimento do oprimido:

Os negros levantarão-se por vezes em insurreições. Se não fizerão guerras, como as que refere a historia da Grecia e Roma e a dos Indios, não deixárão todavia de incommodar os habitantes e o governo; e disto são prova as leis excepcionaes promulgadas em diversas datas, e as vigentes (65). Essas insurreições tem-se reproduzido em varias épocas, e ainda recentemente (4864), provocadas mesmo por inimigos externos (66). (MALHEIROS, 1867, p.19)

Quando não fugiam, alguns optavam pelo suicídio em seus cativeiros, outros pelo assassinato de seus próprios filhos, pois a morte era um destino muito melhor do que a escravidão. Inobstante, a fuga era a escolha preferível da grande maioria dos escravos rebeldes. Refugiar-se na mata, isolada da “civilização” e das senzalas, era o mais coerente. Na floresta, os negros fugitivos se juntavam em pequenas comunidades, conhecidas como quilombos, sendo o dos Palmares, liderado pelo ilustre Zumbi dos Palmares, a mais notável; por lá eles sobreviviam às escondidas, mas livres do açoite. Ainda sim, havia a possiblidade de eles retornarem aos seus senhores. Quando não mortos pelos caçadores de escravos, eram eles raptados e entregue de volta aos engenhos, muitas vezes por outros negros, chamados de capitão do mato.

Os capitães do mato eram homens negros, serviçais de uma fazenda ou feitoria, encarregados da captura de seus conterrâneos rebeldes. Eles gozavam de poucos privilégios e prestígio social em comparação aos escravos, mas eram conhecidos por apanhar escravos declarados de fuga em troca de recompensas.

Por fim a resistência dos escravos perpetuou-se, mas não o suficiente para abolir totalmente a prática da escravidão. Ainda em princípios do século XIX, o comercio negreiro era licito no Brasil. A Família Real, dessa vez residente no Rio de Janeiro, em função da fuga causada pela invasão de Napoleão a Portugal, implementou políticas tributárias e assegurou que a escravidão se perpetuasse no Brasil. Por mais que houvessem esforços para a abolição da escravatura, mesmo que no meio burocrático e intelectual, o escravismo era a principal fonte de renda não só da metrópole portuguesa, mas também de outras potências europeias, como a Espanha, França, Holanda e Inglaterra.

Entretanto, a expectativa da emancipação, na perspectiva de Malheiro, só irá se tornar realidade em meados de 1761, quando Portugal declarou livres os negros que adentrassem o Reino. Para Malheiro, o elemento religioso foi fundamental para desconstruir a percepção, não só da população, mas também dos governos, em relação à escravidão. O Papa Benedito XIV, por exemplo, reprova em 1741 a prática de modo geral. No campo da filosofia, em 1750, Monstesquieu publica sua grande obra, com dezenove capítulos retratando sobre o tema de maneira crítica. Outros autores também se posicionaram a favor da liberdade, como o jurisconsulto inglês, Lord Mansfield, e também Wilberforce, no momento em que escreve contra o tráfico negreiro (1773), incluindo também sua proposta de abolição ao Parlamento.

Em 1792, a Dinamarca decreta a abolição do trafico de escravos. Já a França por sua vez, em resultado de sua grande revolução, que proclamou os direitos do homem, a liberdade, igualdade e fraternidade, também se esforçou em não só abolir a prática em seu território e colônias, como também a combater o tráfico de escravos vindos do continente africano.

Contudo, segundo Malheiro, à Inglaterra pertenceu essa “ingente tarefa”, que não só aboliu o tráfico na Grã-Bretanha (1807), mas também buscou inibir o contrabando em seu extenso território marítimo.

De modo quase que unânime, as grandes nações europeias assinavam tratados, como ilustrado no Tratado de Paris (30 de Maio de 1814), e nos Congressos de Vienna (1815). Todos os países da Europa concordavam em suprimir a escravatura, sobretudo a Inglaterra que agora assumia uma posição de liderança nesse trabalho; muito movido pelo interesse de promover o trabalho livre, principalmente nas Américas, com o intuito de expandir o seu alcance comercial.

Portugal, por sua vez, se comprometeu com a Inglaterra de limitar o comércio de escravos somente às possessões portuguesas, com a promessa de abolir gradualmente a escravatura no Brasil. Diante da constante pressão das elites agropecuárias em entravar o processo de libertação dos escravos, a opção mais plausível para Coroa Portuguesa, no desejo de agradar gregos e troianos, foi em aos poucos conceder a liberdade aos negros, ao passo que o governo indenizaria os proprietários de escravos.

Essa lógica permaneceu, mesmo depois da independência e da formação do império brasileiro. Na América Latina, o Brasil era um dos últimos, se não o único ainda a permitir o intercurso do cativeiro. Mesmo com as pressões e exigências da Inglaterra, que ligeiramente causavam mudanças na legislação em prol da libertação, o império ainda se contentava em atender as predileções dos senhores de escravos e donos de lavoura, recorrendo ao contrabando ilícito de negros trazidos da África, acomodados em navios precários e insalubres, além de propagar constantes castigos aos escravos, sendo insurgentes ou não.

Entretanto, era só questão de tempo para a total abolição. O único ponto a ressaltar é que a mesma só ocorreu de forma paulatina, sobre constantes mudanças na legislação, que limitavam o desembarque de escravos na costa brasileira, prevista pela Lei Áurea. Tampouco interessava para as elites do império libertar os negros instantaneamente, visto que a produção nas fazendas e lavouras eram totalmente dependentes do trabalho escravo. Muito do que se propaga a respeito da abolição, foi uma tentativa de romantizar o heroísmo branco em relação a libertação dos negros.

Princesa Isabel pode até ter anunciado a abolição, mas isso somente ocorreu por conta da pressão interna dos movimentos revolucionários, da resistência negra, assim como também pela cominação externa, como bem apontado pela pedagoga Shirley Pimentel de Souza no artigo do site do Instituto Federal Bahia:

Então, a elite brasileira não “deu de presente” a abolição por ser “boazinha”. Havia grande pressão interna por meio dos vários movimentos negros revolucionários e pressão externa de outros países. Portanto, a abolição formal ocorrida em 1888 se deu por meio de luta, mas o Estado brasileiro não garantiu aos ex-escravizados e seus descendentes as condições necessárias para inserção social. Não teve indenização, não teve acesso à terra, não teve acesso à escolarização. Foi uma liberdade falsa e sofremos até hoje as consequências dela, pois a cidadania efetiva da população negra ainda não ocorreu. (SOUZA, 2020)

2.2 Machado de Assis: narrador da história

Conhecendo agora os processos da escravidão no Brasil, e ressaltando a relação intrínseca entre História e Literatura, chegamos finalmente à estrela dessa monografia, um dos maiores escritores brasileiros, Machado de Assis. Seria possível extrair de seus contos e crônicas uma contextualização representativa do contexto da escravatura, nos tempos do império? De acordo com historiador Sidney Chalhoub, ao contar suas histórias, Machado de Assis escreve e reescreve a história do Brasil no século XIX. Segundo Chalhoub, na ótica de Schwarz, a escrita literária de Machado de Assis é assimilada a um comentário pontual e crítico do paradigma estrutural da sociedade imperial. Machado de Assis não se contenta em apenas narrar à história de seus celebres personagens fictícios, seus dramas e amores, mas muito além disso, é perceptível a intencionalidade de expressar e analisar, nas palavras de Chalhoub, os “aspectos essenciais ao funcionamento e reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período”.

Ou seja, semelhante a um analista histórico, Machado de Assis passou a compreender os processos políticos e sociais de seu tempo a fim de transportar tais elementos para suas obras. Mas o importante a se ressaltar é que, para Chalhoub, essa tendência fazia parte da própria visão política e ideológica do escritor oitocentista, que encontrou nas linhas de sua literatura, uma poderosa ferramenta para tecer suas críticas sociais.

Na leitura de Gledson, o que mais caracterizava o estilo de escrita machadiano era a forte presença da ironia implícita nos textos, construída de forma tão natural que o leitor teria que juntar as peças e extrair o sentido de contrariedade direcionada ao sistema.

Seja no infame questionamento da suposta traição de Capitu, como uma problematização da compreensão equivocada do feminino, suas lutas constantes contra a opressão do patriarcado e seu paradigma conservador, para até ao conflito da Mãe contra o Pai, representada na resistência dos escravos negros em relação à escravidão.

A verdade é que Machado de Assis tinha um importante compromisso em contestar o seu modelo de sociedade vigente, sempre expondo as hipocrisias da classe dominante, colocando-os em saia justa. Seu objetivo era indagar a realidade da desigualdade social causada pela acumulação do capital, calcado pelo projeto de poder das elites burguesas, mas principalmente denunciar a índole autoritária do império, como bem exposto pela historiadora Raquel Campos:

O que se decidiu naqueles anos e está presente na literatura machadiana foi o destino de uma hegemonia política e de seu projeto de dominação – o paternalismo, calcado em uma relação pessoal com os dependentes (livres e escravos) e no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial. Essa política de domínio, seu funcionamento e a maneira como os dependentes atuavam explorando-lhe a lógica, mas em benefício próprio, estariam presentes em romances tanto da primeira quanto da segunda fases do escritor. De Helena (1876) a Dom Casmurro (1899), sustenta Chalhoub, Machado escreveu a história da crise e da falência desse projeto de domínio. (CAMPOS, 2009, pg. 77-78)

A crise e a falência do projeto de domínio. Segundo Chalhoub, a mentalidade fatalista de Machado levava-o sempre a representar a decadência da classe dominante em suas obras, como se eles estivessem fadados a exercer exploração e subjugação perante as classes subalternas. Já para Gledson, isso ocorre por conta da inclinação de Machado ao movimento realista, que tinha como foco retratar a realidade, nua e crua, em sua forma mais cruel e pragmática, no intuito de despertar a consciência crítica do leitor. Foi essa predileção, desenvolvida bem ao fim de sua carreira, que o levou a produzir uma interpretação sistemática em suas obras, pautada na organização original do processo histórico.

Vemos isso, por exemplo, no romance de Helena, na qual o narrador descreve o antagonismo das políticas de domínio hegemônico a partir de 1860, como também as agitações sócio-políticas que se excedem no contexto da aprovação da Lei do Ventre Livre. E por mais que haja desavenças na conclusão sobre se, de fato, Machado de Assis empregou sua problematização crítica pessoal na ambientação de suas obras, como vemos nas discussões de diversos autores sobre as particularidades da crítica machadiana tanto no romance e como na crônica, vemos que a personagem Helena, apesar de se beneficiar da ideologia senhorial, se mostrava ambivalente, pois ao mesmo tempo em que manipulava os símbolos e valores, ela possuía um distanciamento consciente para relativiza-los numa perspectiva crítica, como aponta Chalhoub:

A chave do problema, talvez a chave do livro, consiste em perceber que há na personagem Helena, apesar das aparências em contrário, uma visão de mundo que lhe é própria, e que não pode ser entendida se referida apenas à ideologia senhorial. Dito de outra forma, a protagonista decerto conhecia e compartilhava os significados sociais gerais que, regidos por Estácio e criaturas semelhantes, reproduziam aquele universo de relações sociais; o fato crucial, no entanto, é que Helena, por sua posição ambivalente, está condenada a uma introjeção crítica dos valores e significados que organizam o mundo a partir do ponto de vista de Estácio (CHALHOUB, 2003, pg.16)

Em outras palavras, esse distanciamento representa a intencionalidade critica da narrativa machadiana, o que não o diferencia muito de um historiador problematizador. Seu olhar cético e racionalista o permitia desvendar as diversas nuances políticas e sociais de seu tempo, pois a princípio, o Machado se enxergava como um agente histórico, um produto das relações sociais, políticas e econômicas de seu século. Como um afrodescendente, ele compreendia as relações dos processes escravistas, as implicações da segregação, do descaso e do desamparo do Estado para com o povo negro.

A forma como Machado implementava suas mensagens políticas nas tramas era integrando-as no enredo, através de personagens, ainda que fictícios, ambientados no cenário histórico, como o caçador de escravos Cândido Neves, representado o próprio sistema paternalista e exploratório, incluindo também a escrava mãe e fugitiva, que reproduz os negros revoltosos com a situação da submissão, sedentos de emancipação. Tal metodologia pode ser considerada como um “testemunho histórico”.

Esse pressuposto, segundo Raquel Campos, é o que fornece historicidade às obras de Machado de Assis. É o ato de se contrapor a ideia de autonomia da literatura, ao passo que autores como Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira se propõem a “historicizar” o texto literário, “inseri-lo no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo” (CAMPOS, 2009, pg.79).

Assim dizendo, é notória a percepção da presença da história na literatura, principalmente a machadiana. Mesmo assim, os historiadores do IHGB, por exemplo, não deixaram de associar o trabalho historiográfico com os conteúdos explícitos da história. A grosso modo, “era ‘histórica’ a literatura que havia tomado por tema um objeto da história – grandes homens e seus feitos – elaborando um enredo a partir desses elementos.” (CAMPOS, 2009, pg.79-80).

A grande transformação foi quando historiadores contemporâneos desvencilharam a literatura de tal obrigatoriedade, considerando sim o “Machado de Assis um Historiador”. Seja exibindo uma narrativa com personagens reais ou fictícios, descrevendo eventos conhecidos pela historiografia, ou mesmo fazendo uma releitura metafórica desses mesmos acontecimentos, qualquer obra literária poderia se qualificar como “testemunho histórico”. Dessa forma, a história adotaria para si o caráter de significação representativa, revelada na profunda construção do enredo e de seus personagens, estes que por sua vez seriam totalmente integrados à lógica da ambientação histórica. Eles seriam tão vivos quanto Napoleão Bonaparte, ou mesmo D. Pedro II. Nesta abordagem, o historiador poderia conceder voz aos grupos oprimidos e esquecidos pela história. Tanto o negro, como a mulher e a classe trabalhadora, todos teriam a mesma oportunidade de construir a sua própria narrativa histórica; o grito mediante a representação e o imaginário literário.

Por essa razão, o próprio Chalhoub relata sobre a sua oportunidade de reencontro com a obra de Machado de Assis, quando em uma pesquisa sobre as ultimas décadas de escravidão na Corte brotou-se o desejo de regressar às paginas do romancista. Para sua surpresa, encontrou nos descritos machadianos tudo o que um historiador se interessa em sua analise: a “nata” excluída da sociedade imperial, ou melhor, os escravos, operários, moradores de cortiços e doentes necessitados.

Ou seja, para Chalhoub, a imagem de Machado de Assis é a de um escritor que reconhece a ação histórica dos pequenos e marginalizados. Como o esperado, Chalhoub enxerga em Machado de Assis um tradutor obstinado do discurso político-ideológico dos dominados, sempre inserindo-os em contextos de contestação com a classe dominante, no intuito de expor as fraquezas e falso moralismo das famigeradas elites egocêntricas. Um escritor que construiu uma narrativa capaz de inserir perspectiva crítica aos personagens, capazes não só de atuar habilmente no interior da lógica senhorial, mas também com o objetivo de subvertê-la; como vemos na constante contenda entre a escrava fugitiva e seu perseguidor Cândido Neves.

Machado de Assis não é só um escritor, mas também um forte adepto da história social. Assim como um historiador, Machado foi hábil em compreender a sofisticada práxis política das elites burguesas e aristocráticas do império, sua ação consciente e seus objetivos pautados na pura racionalidade de seus sórdidos interesses. Não somente isso, mas considerou o estado de fragilidade social das classes subalternas, tanto de homens livres, trabalhadores e marginais, como os negros cativos, e demonstrou em seus escritos à dura realidade dessa gente.

Não só isso, mas um fenômeno pertinente chama a atenção de Chalhoub. A concepção machadiana nunca foi à mesma dos historiadores contemporâneos a si. Enquanto eles buscavam instituir uma narrativa dos grandes feitos e heróis, foi Machado de Assis o “descobridor” dos verdadeiros atores históricos, responsáveis não só pela manutenção do funcionamento de um projeto pensado de sociedade, mas também pelo processo de dissolução da própria ordem social do Segundo Reinado no Brasil.

Admitindo os traços de historicidade nas obras de Machado de Assis, chegamos finalmente na reta final de nosso trabalho monográfico. Nesse desfecho conclusivo, iremos destrinchar a fundo o pequeno conto machadiano Pai contra Mãe, para enfim depreendermos o verdadeiro significado de nossa alusão: O porquê de Pai contra Mãe ser Mãe contra Pai. Seria possível, em um pequeno conto, abranger um amplo entendimento sobre os processos de escravidão no Brasil imperial? Porventura, é no embate entre o pífio caçador branco Cândido Neves e a escrava negra, mãe, e esquecida pela historiografia tradicional, que extrairemos o pleno significado dos desdobramentos referentes ao sofrimento, opressão e resistência do povo negro? Existe uma crítica estrutural nesse texto empregado por Machado de Assis? Descobriremos.

2.3 O porquê de Pai contra Mãe ser Mãe contra Pai

Em meados de 1906, um conjunto de contos, peças e outros textos, conhecido como Relíquias da Casa Velha, foi a ultima coletânea de contos publicada em vida pelo Machado de Assis. Dentre essa compilação, o primeiro conto visível foi o “Pai contra Mãe”, singular até então, pois esta seria a única obra que abordaria a escravidão e sua relação com a sociedade de forma transparente.

Nos primeiros parágrafos do conto, Machado nos traz uma introdutória narrativa dos tempos da escravidão, assumindo o papel de um narrador que se encontra provavelmente há alguns anos no futuro, logo após a abolição. Essa forma de narrativa, caracterizada pelo pretérito imperfeito, como se ela existisse apenas na memória, de acordo com França Neto, ocorre porque Machado de Assis pretende reforçar a ideia de que a escravatura é um processo superado e ultrapassado, por conta das transformações históricas da segunda metade do século XIX.

 Logo em seguida, o autor relata os ofícios e aparelhos empregados pelos senhores de escravos no que cerne a punição de negros rebeldes; tudo para a preservação do paradigma social. O exemplo dos ferros tanto preso ao pescoço como nos pés, além da máscara de folha-de-flandre, designada para combater o vício da embriaguez que afligiam muitos escravos. O narrador, descaradamente, enfatiza nos métodos grotescos de tortura e castigo dos escravos para logo no terceiro parágrafo revelar ao leitor que muitos dos negros não aceitavam tamanha violenta repressão. Um ponto interessante para se ressaltar é que nesse mesmo paragrafo, Machado de Assis “ameniza” a maldade do proprietário escravista, pois “o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói.” (ASSIS, 1906, pg.4).

Isto é, Machado de Assis identifica o fenômeno da coisificação do negro como um objeto de valor ao dono, limitado a uma simples ferramenta de produção do sistema capitalista, evocando a premissa da propriedade privada. Afinal, era necessário dispor de capital para obter um escravo; não era conveniente ao bolso “danificar” em demasia a “mercadoria”.

O ressentimento desses escravos, por sua vez, os levavam a fugir de seus cativeiros, e como consequência, a demanda por homens dispostos a capturar esses escravos aumentou consideravelmente. Quem perdia um escravo, como vemos no quarto paragrafo do conto, logo oferecia recompensas para o caçador que recuperasse sua propriedade. Era muito corriqueiro encontrar anúncios nas folhas públicas e jornais noticiando a fuga de escravos, junto do relato de suas características, como nome, roupa, lugares onde foi mais avistado e etc., para quem tivesse disposto apanha-los.

Segundo o autor, esse era um ofício não considerado muito nobre, ou ideal na sociedade, mas tinha o potencial de resguardar a lei, a ordem social e a propriedade através da prestação de serviços aos nobres senhores que ofereciam rendimentos rentáveis por cada escravo capturado. Sem grandes pormenores, as pessoas se ingressavam neste trabalho por pura e simples necessidade. Caçar escravos não era uma opção para quem dependia de estudo, ou quem buscava ter perspectiva de carreira, mas sim principalmente para homens que apresentavam dificuldade de adaptação e inaptidão para o aprendizado de outros ofícios. Ou seja, capturar escravos era uma atividade quase que exclusiva de homens brancos, mas em situação de vulnerabilidade social.

É aí que chegamos ao bendito Cândido Neves, ou para os mais íntimos Candinho, um homem com o mesmo histórico apresentado acima. Logo no sexto paragrafo, o autor evidencia o “caiporismo” de Candinho, que nunca consegue se manter fixo em um só emprego, sempre topando com inconvenientes circunstâncias na qual o forçava a abandonar de profissão. Cândido já foi fiel de cartório, carteiro, caixeiro de armarinho, e até mesmo arriscou a aprender tipografia, apesar de ter percebido que era preciso de tempo para compor bem, para no fim perceber que nem ganharia tanto assim. Cândido Neves é um homem sem expectativa de vida.

No momento em que se apaixonara por Clara, Machado de Assis sobreleva a miséria de Candinho, que além de ter somente dívidas, ainda morava com o primo, um entalhador de ofício. Não obstante, Cândido logo adere ao ofício de seu primo, mas fica bem marcado no discurso narrativo que a impaciência do personagem o impede de progredir profissionalmente, o fazendo desistir novamente de mais um trabalho. Essa ressalva é proposital, pois o autor, a todo instante, tenta nos convencer da falta de oportunidade de vida, ou vontade, que assola Candinho, no intuito de justificar sua futura vida como caçador de escravos.

O casamento com Clara não muito se estende, mas a Tia Mônica, com quem Clara reside, não tarda a implicar com o matrimônio de sua sobrinha. Afinal, para Mônica, Candinho era um homem que não possuía expectativa de vida nem para si mesmo, muito menos para uma família. Seu costume de nunca se estabilizar em um só emprego não só incomodava, mas preocupava a tia, que agora era anfitriã do casal.

Entretanto, de nada adiantou as advertências de tia Mônica, e para a felicidade e angustia do casal, Clara veio a conceber em seu ventre uma gravidez. A notícia foi recebida com grande alegria, mas ao mesmo tempo com desconfiança, pois Tia Mônica temia que a criança não sobrevivesse por causa da instabilidade financeira de seu pai. Por mais que Candinho conseguisse obter alguma receita com a captura de escravos fujões, ele estava à deriva da causalidade de topar com algum negro fugitivo em suas caçadas, o que não era muito certo.

Mesmo assim, o casal não abre mão de seu filho. Nessa atitude, segundo João Irineu de França Neto, percebe-se como o paradigma burguês em relação ao conceito de família é um elemento fundamental nas escolhas individuais dos personagens. Como produtos de um contexto histórico, tanto Cândido como Clara estão dispostos a constituir uma estrutura de seio familiar, composto tradicionalmente pela mãe, pai e filho. No entanto, para França Neto, o fato do casal insistir no nascimento de seu filho é visto como um paradoxo empregado pelo próprio Machado de Assis, mostrando que mesmo diante a ausência de meios materiais para garantir a sobrevivência da família, é pela expectativa do nascimento da criança que tanto Clara, quanto Candinho, se esforçam para somar a condição financeira dos mesmos.

Antes de chegarmos finalmente ao confronto de Candinho com a escrava Arminda, é importante salientar o intento do autor em caracterizar os personagens com as representações do próprio quadro histórico do Brasil Imperial e escravista. Conforme destaca Bosi (1982), até o próprio nome Cândido das Neves remete a cor da pele do personagem. A constituição semântica do nome do personagem segue-se através do substantivo próprio “Cândido”, que se origina do latim Candidus, cujo significado é branco, puro ou imaculado; o próprio sobrenome “Neves” se associa ao fenômeno natural do gelo alvo. Ou seja, Candido Neves é representação clássica do homem branco e cristão, e seu status de caçador de escravos é atrelado ao domínio do império brasileiro sobre os homens e mulheres “de cor”.

Em poucas palavras, a luta de Candinho com Arminda é uma metáfora que faz alusão ao incessante processo de resistência negra ao sistema servil no Brasil, mesmo que ambos sejam, literalmente, personagens pequenos, inexistentes, nem um pouco considerado importantes pelos historiadores tradicionais, como as figuras históricas de D. Pedro II ou Zumbi dos Palmares. Ainda assim, eles carregam consigo o significado de dois conceitos importantes para a pesquisa histórica: a luta de classes entre o oprimido e o opressor.

Retornando a narrativa do conto, o filho de Candinho estava prestes a nascer, mas sua prosperidade no ofício vem a despencar. Os lucros começam a cessar, e os escravos fugitivos, outrora numerosos e fáceis de se capturar, diminuem a medida que o trabalho atraia novos caçadores, gerando quase que instantaneamente uma nova concorrência hábil e competitiva. Mediante a escassez de novas caçadas, as dividas de Cândido começam a disparar. “A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos aluguéis.” (ASSIS, 1906, pg. 10).

Ocorria de Candinho, afetado pelo desespero de sair em busca de escravos e retornar para casa sem nenhum vintém, de algumas vezes, ainda que raras, enganar-se de pessoa, como quando pegou um escravo fiel a serviço de seu senhor, ou mesmo na constrangedora ocasião em que deu a voz de captura a um negro livre; o que resultou numa grande soma de socos desferidos pelos parentes do sujeito. Tal o desalento é proveniente da extrema necessidade de Candinho em proporcionar o sustento para sua família, principalmente o seu filho, agora recém-nascido.

Desempregado e sem condições de assegurar uma vida saudável para seu próprio filho vindouro, Tia Mônica não encontra outra opção a não ser aconselhar o casal de entregar a criança para a roda dos enjeitados; uma espécie de mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos às instituições de caridade. Tia Mônica irá dizer que o bebê terá uma qualidade de vida melhor na roda do que as cuidados de seus miseráveis pais. De certo ele não morreria de fome. Contudo, é claro que tanto Candinho, como Clara, não irão aceitar de praxe a proposta de Tia Mônica. Já não bastasse a revolta causada pela provável perda de seu filho, o credor do imóvel alugado pelo casal chega a sua casa e cobra os alugueis vencidos aos montes. Candinho não vê outra opção a não ser se inclinar em pose de promessa e suplica, na esperança de que o locador lhe desse mais um tempo. O dono da casa não cede e concede apenas cinco dias para que o aluguel seja definitivamente pago.

Como o de se esperar, Cândido não alcança sucesso em sua empreitada. Não conseguiu encontrar uma nova moradia, nem adquirir um empréstimo qualquer para pagar o aluguel. As caçadas já não davam lucro, não havia mais esperança para o casal. De sorte, Tia Mônica teve a audácia de conseguir um aposento temporário para Cândido, Clara e seu filho, que nasceu dois dias depois, na residência de uma senhora velha e rica, que emprestou aos pobres personagens os quartos inferiores de sua casa.

A presente dicotomia nos sentimentos de Candido, no tocante a vinda de seu filho, é levantada pela narrativa com o intuito de causar um certo impacto ao leitor para com o personagem. Ao mesmo tempo em que ele está feliz com a criança, o pensamento de abandona-lo a roda dos enjeitados lhe causa pertinente aflição. Esse pretexto está implícito na descrição apelativa que o autor destila na criança, de quando, por exemplo, é realçada a predileção do casal para com o fato da criança ser do sexo masculino, algo que ambos desejavam com vigor. O fato de Tia Mônica também se propor a levar a criança à roda dos enjeitados causa uma forte sensação fragilidade em Candinho, levando-a perceber que não detém o menor controle da situação.

Todavia, buscando estender o contato com o seu filho, Cândido toma para si a responsabilidade de deixar o seu filho na roda, apenas para que pudesse ter mais tempo com ele na caminhada até a mesma. O percurso não era longo, mas Candinho fez questão de não afrouxar o passo, enquanto beijava e agasalhava com ternura o bebê, sendo esse mais um indício da dramaticidade empregada pelo autor, na intenção de comover os leitores.

Até que, ao chegar ao fim do beco, dobrando a direita, Cândido vislumbra ao lado oposto o vulto de uma mulher, que ele logo identifica como uma mulata fugida que procurara dias atrás, indo até mesmo a um farmacêutico em busca de informações sobre a tal. A recompensa pela sua captura era alta, e Cândido viu na escrava a oportunidade de não precisar desamparar o seu filho na roda dos enjeitados. Sabendo que não poderia perder essa brecha, o personagem não tarda em deixar a criança com o mesmo farmacêutico que indagara a outrora, mal explicando o motivo de sair às pressas para o homem.

Um elemento bastante simbólico que pode ser identificado nessa cena é nas localizações espaciais de Cândido e da mulata Arminda. O texto realça que o caçador de escravos, representação do branco e da ordem defendida pelo sistema, se encontra a direita da escrava, ao passo que Arminda se dirige a esquerda. De acordo com França Neto, na tradição judaico-cristã, esses posicionamentos simbolizam o binário do bem e do mal, da santidade e do pecado. Sobre essa perspectiva, a direita assume um caráter de significação positiva, dando a entender que o sortudo nessa situação é Cândido Neves. Em contra partida, a escrava, que se encontra a esquerda, é a que carrega o agouro do azar, daquela que saíra perdendo por conta de sua própria identidade como escrava.

Quando Candinho alcança à fugitiva, ele a intercepta, certo de que garantiu sua captura e, por fim, o alimento de seu filho. Neste fragmento, podemos perceber a “superioridade” do caçador em relação à escrava:

--Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus (ASSIS, 1906, pg. 15)

O fato de Arminda entender que mesmo gritando por socorro ninguém viria libertá-la evidencia a intenção de Machado ao descrever, indiretamente, a estrutura repressiva e segregatória do regime escravista brasileiro. No entanto, embora Cândido assevere sua força dominante em relação à escrava, impedindo-a de esboçar qualquer reação de fuga, ele se mostra totalmente dependente dela para salvar o seu filho da roda dos enjeitados. Nesse aspecto, a mensagem, apesar de irônica e implícita, é que Cândido, um homem tão branco como a neve, representação da própria civilização paternalista e eurocêntrica, precisa da escrava, negra e fugitiva, para sobreviver, assim como o grandioso império brasileiro só se manteve prospero por conta do intercurso da escravidão.

As relações de poder ainda ficam mais evidentes quando Arminda revela estar gravida, sendo esse o principal motivo de sua fuga. Quando, ironicamente, ela apela para a paternidade de Candido, na esperança de que ele a soltasse pelo o amor que tem a seu filho, o mesmo tampouco se sente incomodado ou afetado com as supostas semelhanças entre eles. O subjugo escravo fazia parte do cotidiano social do Rio de Janeiro oitocentista, o que esclarece a frieza de Candido ao descobrir que sua presa é mãe, assim como ele é pai. Seria o mesmo quando um fazendeiro separa um leitão de uma porca. A construção da identidade e humanidade do povo negro jamais fora reconhecida pela sociedade escravagista. Afinal de contas, mesmo sendo pobre, Cândido não possuí consciência de classe; pelo contrário, ao caçar escravos ele age como uma ferramenta de manutenção do sistema.

O fim que vemos nesse conto é a devolução de Arminda ao seu senhor, o que resulta no aborto de seu filho. A criança de Candinho, aos cuidados do farmacêutico, retorna ao seu pai, salvo e agora com um futuro proporcionado pela recompensa de Arminda. Uma vida trocada por outra.

O que se percebe neste conto é que a real vitima do sistema escravocrata é a escrava mulata. A resistência de Arminda é pincelada no seu ato de fuga não só pela sua liberdade, mas também a de seu filho. Como mulher, Arminda quebra a própria norma do sistema, que expropria a vida, a liberdade e a possibilidade de se resguardar um dos maiores direitos humanos, sendo esse o laço familiar. Muito além de escrava ou mulata, Machado de Assis reluz na verdadeira identidade de Arminda, que é a de ser mãe.

Muitos podem ser levados a crer que o verídico protagonista desse conto é Candinho, seja por conta de sua miséria ou sofrimento causado pelo medo da perda de seu único filho. Porém, como um homem branco, apesar de indigente, ele escolheu ser o martelo empunhado pelo Estado, e isso é bem evidente quando o narrador enfatiza na preferência de Cândido pelo ofício de caçador de escravos. Trabalho fácil, bem remunerado, flexível e, acima de tudo, poderoso. Ao subjugar um negro, o caçador sentia todo o resplendor de ter o poder. Este é o porquê de ser Mãe contra Pai. Um conto que, historicamente, contextualiza todo o processo da escravidão, desde a repressão, mas principalmente a sua resistência.

**Considerações Finais**

A relação entre história e literatura consiste em um dialogo interdisciplinar. Cabe ao historiador extrair os traços de historicidade, apoiado na esfera das ciências sociais, como a Sociologia, Psicologia e Antropologia, para levantar os questionamentos históricos que podem ser encontrados nas riquíssimas obras de literatura e ficção. Compreender que, mesmo não se comprometendo em relatar a história numa perspectiva pautada nas casualidades descritivas e factuais, a literatura produz o fenômeno da representação, seja ela social, cultural, político e econômico.

O novo historiador contemporâneo, que busca se afastar dos paradigmas positivistas, não apresenta mais a necessidade de desvendar um passado objetivo; seu escopo de pesquisa não se encontra mais preso no documento oficial. Ele compreende que a história é constituída de infindáveis narrativas, tal qual a sua própria subjetividade, marcado pelos discursos e a pluralidade de ideias. O relato sempre percorrerá por um ponto de vista, e o próprio fato de se produzir uma verdade histórica é logicamente incoerente com o trabalho historiográfico. Pois no fim das contas, até mesmo a narrativa positivista, factual e descritiva, esta alinhada com as conveniências da classe dominante, interessada em narrar uma história dos grandes feitos e heróis, fundamentada em valores defendidos pelas elites.

Somente com o advento da Escola dos Annales, no início do século XX, que o historiador disponibilizará o direito de voz para os grupos excluídos e marginalizados da história. Mesmo que os marxistas clássicos tenham incluído a narrativa da classe trabalhadora em seus manifestos, é na História Cultural que os outros grupos a parte do operariado, mas que ainda são esquecidos pela historiografia tradicional, de modo que nem mesmo os marxistas optaram por abranger, como a mulher, o indígena, até mesmo o escravo, terão o seu lugar de fala.

Personagens pequenos se comparados aos grandes agentes da política, ou do mercado, mas relevantes para o entendimento do contexto estrutural da sociedade, que podem se encontrados nas musicas populares, nas festas e costumes de uma comunidade local, incluindo a literatura, que propicia vida a essas pessoas, na forma de representações simbólicas, imaginárias e memoriais. Portanto, esses relatos e testemunhos literários se tornam de extrema relevância para o acervo documental do historiador, que transcende o modelo do documento oficial defendido pelos historicistas.

Desse modo, poderíamos destrinchar os elementos da escravatura no Brasil, seja nos documentos oficiais do império, ou mesmo nos contos literários de Machado de Assis. Pois ainda que Cândido Neves sequer tenha existido nos anais da história, sua essência é o fruto da própria causalidade histórica, quando Machado de Assis incorpora no personagem os preceitos e padrões vigentes do período imperial no Brasil. Cândido é a representação do homem branco, do sistema escravista e da organização social paternalista. Quando ele captura a escrava fugitiva Arminda e a submete perante o seu domínio físico, isso simbolizou o próprio sistema oprimindo e desposando o povo negro de sua própria liberdade e humanidade. Só neste pequeno texto literário, é possível compreender tanto os processos da escravidão no reinado imperial, quanto os movimentos de resistência negra pela abolição da escravatura.

E não obstante, são nessas narrativas literárias que podemos desconstruir a ideia de passividade dos negros em relação à escravidão. Pois, baseado nas leituras tradicionais, o que se muito prega nos discursos conservadores é que a abolição foi uma concessão misericordiosa das elites brancas no Brasil, de que os anos de escravidão pode ser compensado por esse ato benevolente de libertação e civilização dos negros que, outrora, eram “subdesenvolvidos” e “inferiores”. Contudo, não era do desejo dos setores latifundiários se desprender dos negros escravizados, tendo em vista que a produção agrícola era totalmente dependendo do trabalho escravo.

Podemos a chegar à conclusão de que a abolição foi o ápice de um longo processo de resistência negra e pressão externa de países como a Inglaterra, que via na abolição uma forma de difundir sua influência comercial. Melhor dizendo, a libertação dos negros não se deu por pura bondade do império, mas sim porque não havia outra escolha a não ser ceder perante às exigências das forças abolicionistas.

Essa narrativa pode ser evidenciada tanto na releitura de historiadores contemporâneos, como na literatura de Machado de Assis. Mesmo ele não sendo historiador de fato, ele reconheceu o desenvolvimento das ações sociais e políticas de seu tempo, e num caminho contrário dos historiadores contemporâneos a si, Machado de Assis identificou a luta dos negros e deu voz de protagonismo para os mesmos em suas narrativas. “Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.” (ASSIS, 1906, pg.4).

**REFERÊNCIAS:**

ASSIS, Machado. Pai contra mãe. In: **Relíquias de casa velha.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3ª edição. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976. 266 p. (Coleção Dimensões do Brasil).

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_\_.**Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_\_. John Gledson, leitor de Machado de Assis. **ArtCultura**: revista de história, cultura e arte, Uberlândia, v.8, n.13, p.109-115, 2006.

RONCARI, L. **Ficção e história: o espelho transparente de Machado de Assis.** Teresa, n. 1, p. 139-154, 8 dez 2000.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. **ENTRE ILUSTRES E ANÔNIMOS: A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM MACHADO DE ASSIS**.. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SANTANA, Rogério Barreto. **Caminhos para a liberdade : Perdigão Malheiro e o problema da escravidão nas linguagens do ideário político e antiescravista, 1863-1872. 2018**. 238 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

PAES, Mariana Armond Dias. PERDIGÃO MALHEIRO E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena** | Belo Horizonte Número Especial: I Jornada de Estudos Jurídicos da UFMG p. 81 a p. 92 | jul./dez. 2010

# **SOUZA, Bárbara; MELO, Isadora**. ESPECIAL - O que não nos contaram sobre a Abolição?. Instituto Federal Bahia. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/noticias/2020/especial-13-de-maio-o-que-nao-nos-contaram-sobre-a-abolicao>. Acesso em: 17/11/2020

# GLEDSON, John. Machado de Assis: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

# \_\_\_\_\_\_\_. Machado de Assis: impostura e realismo. 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

# \_\_\_\_\_\_. Por um novo Machado de Assis: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

# SCHWARZ, Robert. Ao vencedor as batatas. 6ª edição. São Paulo: Duas cidades, 2012.

# GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. Coletânea memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp, 2001.

# GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

# FRANÇA NETO, João Irineu de. A representação da escravidão nos Contos de Machado de Assis. 2008. 122. f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

# BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda”. In: BOSI, Alfredo Et al. Machado de Assis. São Paulo: Ática, 1982.

TÉTART, Philippe. **Pequena História dos historiadores.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

LE GOFF, Jacques**. História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_\_. (Org.). **A Nova História.** São Paulo: Martins Fontes, 1990b. [original: 1978].

\_\_\_\_\_\_. ;PIERRE, Nora**. História: novos problemas.** 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

# PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_\_. **A contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão:** a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; \_\_\_\_\_\_. (Org.). **Discurso histórico e narrativa literária.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

 \_\_\_\_\_\_:**História & Literatura:** uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos [Emlínea] Nuevos, Debates, 2006. Documento disponível em . Acesso em 25 ago. 2010.

\_\_\_\_\_\_. «**Fronteiras da ficção. diálogos da história com a literatura**» in Revista de História das Ideias, Volume 21, Faculdade de Letras.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre prática e representações. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1990.

\_\_\_\_\_\_. CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BURKE, Peter. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

 \_\_\_\_\_\_. **História e teoria social.** São Paulo: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales 1929-1989:** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo.

GINZBURG, Carlo. History, rhetoric, and proof. The MenahemSterm Jerusalem Lectures.Haover; Londres: University Press of New England, 1999. (Trad. Português: **Relações de força:** história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.).

FERREIRA, Antonio Celso. História fast food (ou alguns problemas da teoria e da narrativa histórica neste fim de século). In: **Cultura Histórica em debate.** (Org.) Zélia Lopes da Silva. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_\_. **História e literatura:** fronteiras móveis e desafios disciplinares. Revista pós-história. São Paulo: UNESP, v. 4, 1996.

GRECCO, G. de L. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História &amp; Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546. Acesso em: 24 nov. 2020.

THOMPSON, E. P. **A História Vista de Baixo.** In: THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: UNICAMP, 2001.